

**Mudanças climáticas e a Cúpula dos Povos: Um relato a partir da perspectiva dos
Movimentos Populares sobre a COP 30**

*Climate Change and the People's Summit: A Report on COP 30 from the Perspective of
Grassroots Movements*

Lázaro Henrique dos Santos Pereira

PPGDTSA - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil

Carlos Eduardo Silva Ferreira

PPGDTSA - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil

Cecilia Mitie Ifuki Mendes

Gestão e Inovação Na Indústria Animal, USP, Pirassununga SP, Brasil

Prof^a. Dra. Marielen Priscila Kaufmann

Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil

Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes

UFPel. Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

GT04. Meio ambiente, agroecologia, sustentabilidade e mudanças climáticas

Resumo: Este relato de experiência, de caráter qualitativo e exploratório, relaciona os resultados e as manifestações registradas durante um seminário e os produtos da Declaração da Cúpula dos Povos e relatórios do observatório De Olho nos Ruralistas em decorrência COP30. O seminário, intitulado “Mudanças Climáticas e a Cúpula dos Povos”, ocorreu em outubro de 2025, com a participação de palestrantes que acompanham as COPs e atuam no debate das mudanças climáticas em nível nacional e internacional, a partir das organizações FASE, ClimaInfo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A construção do conhecimento realizada no âmbito do seminário evidenciou o caráter corporativo e facilmente enviesado das soluções de desenvolvimento sustentável que enfrente a crise climática. Em contraposição, as organizações sociais, a partir de seus territórios, reivindicam a reforma agrária popular, o financiamento da agroecologia e a demarcação de terras para povos indígenas e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: justiça climática, lobby corporativo, cúpula dos povos, agroecologia, financiamento climático

Abstract: This qualitative and exploratory case study presents the findings and observations recorded during a seminar, as well as the outcomes of the People's Summit Declaration and reports from the “De Olho nos Ruralistas” observatory in the wake of COP30. The seminar, titled “Climate Change and the People's Summit,” took place in October 2025, featuring speakers who follow the COPs and are active in the climate change debate at the national and international levels, representing the organizations FASE, ClimaInfo, and the Landless Rural Workers' Movement (MST). The knowledge-building process carried out during the seminar highlighted the corporate and easily biased nature of sustainable development solutions aimed at addressing the climate crisis. In contrast, social organizations, drawing from their local contexts, advocate for popular agrarian reform, funding for agroecology, and the demarcation of lands for indigenous peoples and traditional communities.

Keywords: climate justice; corporate lobbying; peoples' summit; agroecology; climate finance

1. Introdução

Impulsionado pela lógica e domínio financeiro de grandes corporações, a estrutura e principal causa desta crise é o modo de produção capitalista, muito baseada na exploração e uso de combustíveis fósseis, por exemplo. Essa realidade impõe a necessidade de se repensar o “desenvolvimento” econômico, respeitando os limites planetários que exigem a redução das desigualdades sociais (Artaxo, 2025; Cúpula dos Povos, 2025).

O espaço principal, globalmente falando, para o debate sobre enfrentamento das mudanças climáticas acontece na Conferência das Partes (COP), no entanto o sistema multilateral tem se mostrado em crise e ineficiente nas tomadas de decisões estruturais (Cúpula

dos Povos, 2025). A COP30, realizada em Belém do Pará, em meio a Amazônia brasileira, em novembro de 2025, gerou expectativas com relação aos desdobramentos, que chegou a ser oficialmente chamada de “COP da verdade”, tendo como o objetivo restaurar a confiança e fortalecer o multilateralismo, para acelerar as implementações do Acordo de Paris (COP25).

No entanto, a conferência é marcada pelo profundo conflito entre a agenda oficial e mobilizações populares, que evidenciaram o corporativismo na COP, conflitos estes que já se mostram na separação de zonas (*Blue Zone* como oficial e *Green Zone* como espaço de maior acesso público). Nestes espaços para além das comissões dos Estados Nacionais, temos entre outros atores, empresas transnacionais, identificadas como os atores que mais causam e mais se beneficiam com as múltiplas crises, negociando e construindo influência durante a conferência (Cúpula dos Povos, 2025; Vieira et al., 2025). Por isso, se reuniram em Belém a Cúpula dos Povos, diversas organizações, movimentos sociais, redes e povos tradicionais, para denunciar, reivindicar e exigir espaço (Siqueira, 2025). A denúncia da Cúpula dos Povos veio em relação ao fracasso do multilateralismo por não enfrentar de maneira eficiente as causas estruturais da crise climática e as “falsas soluções”, que tendem a perpetuar práticas prejudiciais através da espoliação dos territórios.

Este estudo objetiva analisar as principais críticas e apontamentos feitos durante o seminário “Mudanças climáticas e a cúpula dos povos” à luz das manifestações e resultados documentados durante e após a COP30 e da agenda da Cúpula dos Povos, com foco nas tensões entre o lobby corporativista e as soluções territoriais.

2. Metodologia

O seminário realizado em outubro de 2025, contou com a participação dos representantes do ClimaInfo, FASE e MST, e se deu através da disciplina de Economia e Meio ambiente, vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGDTSA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A análise dos documentos fora feita através da discursiva e comparativa. Trata-se de uma pesquisa indutiva, já que partimos de uma perspectiva documentada durante o seminário, e esta será posta em contraste com os acontecimentos relatados durante a ocorrência da COP30, utilizando diversos documentos (acadêmicos, midiáticos, declarações da sociedade civil e governamentais), combinando diferentes abordagens (Flick, 2009).

3. Discussão dos resultados

A partir da discussão posta pelos palestrantes, a representação nacional da FASE (L. T.); Um representante do MST pelo estado do Pará (P. N.) ; e um representante da ClimaInfo (D. R.). O seminário realizado dias antes da abertura da COP30, estabeleceu uma premissa de que a crise climática é uma questão estrutural e social, sendo consequência do modo de desenvolvimento do capitalismo em estruturas predatórias.

P. N., reforça que o que se vive são as “consequências climáticas do modo em que organizamos nossa produção”. Esta perspectiva foi plenamente validada pela Declaração Final da Cúpula dos Povos (2025). Os problemas ambientais atuais são atribuídos às relações de produção, circulação e descarte de mercadorias sob o domínio do capital financeiro e grandes corporações capitalistas. Além disso, a Cúpula e a FASE corroboram a indissociabilidade entre crise climática e desigualdade social, ressaltando que as comunidades periféricas são as mais afetadas pelos eventos extremos de natureza climática e pelo racismo ambiental.

Fora discutido no seminário a preocupação com a pauta da transição energética, onde D. R., exemplificando com os ocorridos no nordeste brasileiro, o desmatamento da caatinga para instalação de fazendas solares e eólicas, sendo esta já capturada pelos modelos atuais de produção e pelas empresas, ao que L. T. acrescenta “se esta transição fosse apenas reformista, seria até bom”, pois o problema é que ela está aprofundando e agravando o problema fundiário e climático. P. N. conclui que esta lógica de “transição energética é focada no lucro, mas não na transição”.

Os participantes trazem ainda, críticas às falsas soluções, como o mercado de carbono e o TFFF (Fundo de Manutenção das Florestas Tropicais), que se baseiam na compensação e garantem a continuidade na emissão de carbono acima das metas (Vieira et al., 2025). A Declaração da Cúpula dos Povos endossa a crítica, repudiando qualquer falsa solução que perpetue práticas prejudiciais e especificamente para o mais novo programa TFFF, pois a privatização, mercantilização e financeirização dos bens comuns contrariam os interesses populares (Cúpula dos Povos, 2025).

P. N. e L. T. foram uníssomos em afirmar que as soluções efetivas não surgirão dos gabinetes ou laboratórios, mas sim das ações humanas lutando em seus próprios territórios. Esta visão se confirma na Cúpula, que se consolidou como um contraponto soberano e autônomo em meio a conferência, reunindo mais de 70.000 pessoas. Segundo Evanildo Barbosa, diretor

executivo da Fase, os territórios ao se mobilizarem, deixam claro que não querem ser reconhecidos como zonas de sacrifício e querem ser consultadas (FASE, 2025a).

As proposições da Declaração da Cúpula dos Povos reiteraram as soluções populares levantadas ainda no seminário, como a reivindicação para concretização da reforma agrária popular e o fomento a agroecologia, para garantia da soberania alimentar, a defesa pelo fomento à agroecologia como um exemplo de verdadeira solução

4. Considerações finais

O presente trabalho conclui que a crise climática é um reflexo direto da condição humana e cultural que a estrutura, evidenciando seus efeitos que potencializam os eventos extremos. Essa problemática é transformada pelo modelo de produção capitalista, o que se traduz diretamente no desenho institucional da COP, marcada pelo corporativismo e pela tecnicidade excludente. A análise documental provou que a captura da conferência pelo *lobby* e o *greenwashing* não apenas impedem a redução de emissões, mas perpetuam a lógica das "falsas soluções" de mercado e a injustiça territorial.

Portanto, o enfrentamento efetivo da crise exige a confrontação do modelo por meio do protagonismo das soluções populares e territoriais. As propostas da sociedade civil, como a Reforma Agrária Popular, a Agroecologia e a demarcação de terras, representam a linha de frente desse confronto, articulando justiça social com resiliência ecológica.

Referências

ARTAXO, P. COP-30 e o agravamento da crise climática - caminhos para a construção de uma sociedade sustentável. Estudos Avançados, [S. l.], v. 39, p. e39114019, 2025.

<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539114.003>.

CÚPULA DOS POVOS. Declaração Final da Cúpula dos Povos: COP30 Belém 2025. [S. l.]: [S. n.], [S. d.]. Disponível em: <https://cupuladospovoscop30.org/declaracao-final/> . Acesso em: 8 dez. 2025.

FASE. COP30 na Amazônia: avanços na participação popular e desafios no financiamento climático. 28 nov. 2025a. FASE. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/cop30-na-amazonia-avancos-na-participacao-popular-e-desafios-no-financiamento-climatico/> . Acesso em: 8 dez. 2025.

FLICK, U. Introdução À Pesquisa Qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

SIQUEIRA, G. COP30: Belém sediará a disputa pelo futuro do multilateralismo climático. 18 out. 2025. Diário do Centro do Mundo. Disponível em:

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/cop30-belem-sediara-a-disputa-pelo-futuro-do-multilateralismo-climatico/> . Acesso em: 10 dez. 2025.

VIEIRA, A. C. P.; GARCIA, J. R.; VIEIRA, C. de A.; RUTHES, S.; WILDAUER, L. D. B. S.; SOUZA, M. de. O mercado regulado de carbono no Brasil. Estudos Avançados, [S. l.], v. 39, p. e39114141, 2025. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539114.009> .